



**Gabriella Rossetti Ferreira**

(Organizadora)

# **Educação: Políticas, Estrutura e Organização**

**9**

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 9 /  
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):  
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e  
Organização; v. 9)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-310-1

DOI 10.22533/at.ed.101190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo  
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas  
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 9” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
NA CAMINHADA PARA EDUCAR JOVENS E ADULTOS PERPASSEI PELA ALFABETIZAÇÃO E PELO LETRAMENTO	
Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1011903041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
NÃO EXISTE PECADO DO LADO DE BAIXO DO EQUADOR: A LINHA TÊNUE ENTRE SEGREGAR E RESISTIR	
Enéas Machado Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1011903042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>20</b>
NÃO TE ESCUTO: (SOBRE)VIVER NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	
Leonardo Farias de Arruda Ricard José Bezerra da Silva Juliana Fonsêca de Almeida Gama	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1011903043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
NIM: EFICIENTE RECURSO DIDÁTICO NA APRENDIZAGEM DA DIVISÃO	
Márcia Aparecida de Macêdo Silva Josélia Paes Ribeiro de Souza Fernanda Viana de Castro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1011903044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
NOTÍCIAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DO PASSADO ÀS INOVAÇÕES EDUCACIONAIS DOS SÉCULOS XX E XXI, EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE	
Solange de Carvalho Guedes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1011903045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>60</b>
O BIOMA CERRADO: PLANTANDO NO PRESENTE OS DESEJOS PARA O FUTURO	
Marcelo Duarte Porto Everson Inácio de Melo Sheyla de Oliveira Martins Thiago Gonçalves dos Santos Stefania Amaral Ricardo Ferreira Letícia Sousa Silva Ronivaldo Silva Leal dos Santos Vanusa Rodrigues Caixeta	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1011903046</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>66</b>
O CONTO DE FADAS NO DESENVOLVIMENTO DA ORALIDADE EM ALUNOS DO ENSINO ESPECIAL	
Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem Marta Brügger	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1011903047</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>76</b>
O CORTIÇO: LEITURAS POSSÍVEIS ATRAVÉS DAS CONTRIBUIÇÕES DA ESTÉTICA DA RECEPÇÃO E DO MÉTODO RECEPCIONAL NOS CONTEXTOS DE SALA DE AULA DA EJA	
Ferdirammar Farias Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1011903048</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>84</b>
O CURRÍCULO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA DE UMA ESCOLA MUNICIPAL	
Maria Luiza de Santana Gomes Haniel Regina Dias de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.1011903049</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>94</b>
O ENSINO DA ARTE E A SUSTENTABILIDADE: UM DESPERTAR DO SENSO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	
João Victor Batista da Conceição Leidiane dos Santos Lima Romildo de Araújo Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10119030410</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>103</b>
O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA VIA DE INSERÇÃO SOCIAL PARA OS IMIGRANTES HISPANO HABLANTE EM RORAIMA	
Maria Betânia Gomes Grisi Cila Vergínia da Silva Borges Hilton de Sá Rodrigues Maria de Fátima Freire de Araújo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10119030411</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>115</b>
O ENSINO DE MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL: DA BNCC A ARGUMENTAÇÃO EM PAUTA	
Joyce Almeida Ataíde Alves Maria José Guerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10119030412</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>125</b>
O ENSINO TÉCNICO À LUZ DA DIMENSÃO ÉTICA DISCENTE	
Geise Franciele Ferreira Neves Luciana Maria Caetano Betânia Alves Veiga Dell'Agli	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10119030413</b>	

**CAPÍTULO 14 ..... 142**

O ESPAÇO DA COORDENAÇÃO COLETIVA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: PERCEPÇÕES E DESAFIOS NO CONTEXTO DE DUAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL

Loryne Viana de Oliveira  
Suzana Medeiros de Souza Aguiar  
Mônica Angélica Barbosa de Almeida

**DOI 10.22533/at.ed.10119030414**

**CAPÍTULO 15 ..... 152**

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO INICIAL DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Cristh Júnior Pereira Carvalho  
Janeisi de Lima Meira  
Maurício Castro Gonçalves de Jesus

**DOI 10.22533/at.ed.10119030415**

**CAPÍTULO 16 ..... 161**

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UMA EXPERIÊNCIA COM ÊNFASE NA PESQUISA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UEG - CAMPUS FORMOSA

Karina dos Reis Bittar  
Marilda de Paula Mamedio  
Sônia Bessa

**DOI 10.22533/at.ed.10119030416**

**CAPÍTULO 17 ..... 173**

O ESTÍMULO DA FAMÍLIA E A PROMOÇÃO DA APRENDIZAGEM DE UMA EDUCANDA COM SÍNDROME DE DOWN

Xênia da Mota Araújo Lima  
Ingrid da Mota Araújo Lima;

**DOI 10.22533/at.ed.10119030417**

**CAPÍTULO 18 ..... 184**

O INTÉRPRETE NA FIGURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES E PRÁTICAS A PARTIR DE NORBERT ELIAS

Euluze Rodrigues da Costa Junior  
Reginaldo Célio Sobrinho  
Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado

**DOI 10.22533/at.ed.10119030418**

**CAPÍTULO 19 ..... 195**

O JOGO “CARTADA ORGÂNICA” COMO ESTRATÉGIA DE METODOLOGIA NO ENSINO EM QUÍMICA

Cynthia Pereira dos Santos  
Gilson Silva Filho  
Otoniel de Aquino Azevedo  
Bruna D´nadai do Nascimento  
Eliana da Silva Santos  
Cíntia Cristina Lima Teixeira

**DOI 10.22533/at.ed.10119030419**

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>203</b>
O JOGO DO SOBE E DESCE COMO RECURSO METODOLÓGICO NAS AULAS DE MATEMÁTICA NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Amanda Juvino Soares Mônica Augusta dos Santos Neto Claudiene dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10119030420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>214</b>
O JOGO NA EDUCAÇÃO BÁSICA: INSTRUMENTO DE CRIAÇÃO A PARTIR DA LINGUAGEM TEATRAL	
Pedro Paulo Galdino Vitorino Dias. Clarice da Silva Costa.	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10119030421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>231</b>
O MOVIMENTO E A INTERAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA POR MEIO DE BRINCADEIRAS	
Luzia Xavier de Oliveira Andressa Nayara Barros Correa Freitas Sidney Benedito da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10119030422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>245</b>
O MUNDO DO TRABALHO PARA ANALFABETOS E PARA ALUNOS DO 1º SEMESTRE DO PRIMEIRO SEGMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Arthur Ferreira da Costa Lins Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10119030423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>256</b>
O PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E AVALIAÇÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (ANA): BREVE RELATO	
Edson Vieira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10119030424</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>263</b>
O PAPEL DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO PROCESSO DE RESISTÊNCIA AO NEOCOLONIALISMO	
Anna Marina Paes Montysuma Hildo Cezar Freire Montysuma	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10119030425</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>275</b>
O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DE JOGOS COGNITIVOS DIGITAIS: CONTRIBUIÇÕES À APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR	
Daniela Karine Ramos Bruna Santana Anastácio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.10119030426</b>	

**CAPÍTULO 27 ..... 288**

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF) E O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS/AS PROFISSIONAIS E GESTORES DA ESCOLA NAZINHA BARBOSA DA FRANCA

Celyane Souza dos Santos  
Maria Nazaré dos Santos Galdino  
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento  
Amanda Raquel Medeiros Domingos  
Maria de Fátima Leite Gomes

**DOI 10.22533/at.ed.10119030427**

**CAPÍTULO 28 ..... 298**

O PROJETO ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL (PROETI) COMO POLÍTICA PÚBLICA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM DIAMANTINA-MG: MAIS TEMPO DE UMA OUTRA EDUCAÇÃO?

Wanderléia Lopes Libório Figueiredo  
Maria do Perpétuo Socorro de Lima Costa

**DOI 10.22533/at.ed.10119030428**

**CAPÍTULO 29 ..... 310**

O PROTAGONISMO NARRATIVO DO JOVEM: UMA (NOVA) CONSTITUIÇÃO DO SABER

Isadora Ortácio Schmidt Buske  
Cilene de Lurdes Silva

**DOI 10.22533/at.ed.10119030429**

**CAPÍTULO 30 ..... 320**

“O SONHO DE MARIA” UMA EXPERIÊNCIA NO CAMPO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM AMARAJI/PE

Aparecida do Carmo Fernandes Cheroti

**DOI 10.22533/at.ed.10119030430**

**CAPÍTULO 31 ..... 326**

O TEATRO COMO METODOLOGIA ATIVA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Elvira Santana Amorim da Silva  
Maria Magaly Vidal Maia  
Andreyne Javorski Rodrigues  
Juliana Lemos Zaidan  
Priscyla Dayane das Chagas Lira

**DOI 10.22533/at.ed.10119030431**

**CAPÍTULO 32 ..... 331**

O TEATRO NA CONSTRUÇÃO DO LETRAMENTO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA- RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID – LETRAS PORTUGUÊS

Luana Ewald  
Andressa Regiane Gesser  
Larissa Patricia Theiss  
Suelen Ramos  
Henrique Mengisztki

Silvane Terezinha de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.10119030432**

**CAPÍTULO 33 ..... 346**

O TRABALHO DO PROFESSOR MT NAS ESCOLAS DE CABO FRIO

Helaine Soares

**DOI 10.22533/at.ed.10119030433**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 358**

## NA CAMINHADA PARA EDUCAR JOVENS E ADULTOS PERPASSEI PELA ALFABETIZAÇÃO E PELO LETRAMENTO

**Keila Núbia Barbosa Ibrahim Abdelkarem**

Universidade de Brasília – UNB

Brasília - DF

**RESUMO:** De acordo com Veiga (2007), desde 1940 a Educação de Jovens e Adultos vem sendo considerada um problema de políticas públicas no Brasil. Alfabetizar esses jovens e adultos ainda é uma tarefa nebulosa e nem sempre alcançada. A complexidade dessa modalidade de ensino, muitas vezes, inibi o avanço nas providências por parte do governo. É imprescindível que haja estudos para a eficiência da alfabetização de jovens e adultos que não tiveram o direito do acesso e da permanência na escola assegurados na idade apropriada. Diante dessa realidade, o objetivo deste trabalho é a) apresentar porque é tão difícil para alunos e professores compreenderem que apenas aprenderem a decodificar e a escrever, não é o suficiente para fazerem parte de uma cultura de letramento; b) apontar a diferença entre ser letrado e alfabetizado; e c) apontar quais as políticas públicas realizadas a partir do período do governo militar até os dias atuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização; Letramento; Educação de Jovens e Adultos (EJA).

**ABSTRACT:** According to Veiga (2007), since

1940 the Youth and Adult Education has been considered a problem of public policies in Brazil. Alphabetize these young people and adults is still a nebulous task and not always achieved. The complexity of this type of education often inhibit the advancement in action by the government. It is essential that there are studies for youth literacy efficiency and adults who did not have the right of access and permanence in school provided at the appropriate age. Given this reality, the objective of this paper is a) to present why it is so difficult for students and teachers understand that just learning to decode and writing it is not enough to be part of a literacy culture; b) tell the difference between being literate and literate; and c) point which public policies carried out from the military government of the period to the present day.

**KEYWORDS:** Alphabetization; Literacy; Youth and Adults Education.

### 1 | INTRODUÇÃO

A palavra analfabetismo é usada no Brasil com muita frequência e há muitos anos. No Brasil império havia uma grande discrepância entre os ditos “letrados”, os quais pertenciam à elite brasileira e a grande massa os ditos analfabetos. Em relação à educação, um hiato

se formava no tocante à elite e a maioria da população. Segundo Carvalho (1981, p. 64), Entre a população escrava o índice de analfabetismo atingia 99,9% em 1872. A má qualidade do censo de 1890 pode ser responsável pelo declínio indicado para esse ano na taxa de alfabetização, mas a taxa real não deveria ser muito mais alta, pois em 1920, 30 anos mais tarde, os analfabetos ainda representavam 76% da população total.

No ano de 2017, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) o Brasil ainda tem 13 milhões de analfabetos e não consegue reduzir esse número há três anos, porém, transformar a condição de um cidadão analfabeto ou analfabeto funcional em um cidadão alfabetizado e letrado não é uma tarefa fácil, principalmente quando trata-se de jovens e adultos. Porém, para compreendermos esse hiato existente na educação brasileira de jovens e adultos vamos esclarecer o que é ser um cidadão alfabetizado e letrado? Que transformações o ensino de jovens e adultos sofreu a partir do período militar e quais medidas são adotadas hoje pelo Governo do DF?

## 2 | ALFABETIZAÇÃO

O termo alfabetismo funcional foi cunhado nos Estados Unidos na década de 1930 e utilizado pelo exército norte-americano durante a Segunda Guerra, indicando a capacidade de entender instruções escritas necessárias para a realização de tarefas militares (Castell, Luke & MacLennan 1986). Segundo Ribeiro (1997), a partir de então, o termo passou a ser utilizado para designar a capacidade de utilizar a leitura e a escrita para fins pragmáticos, em contextos cotidianos, domésticos ou de trabalho, muitas vezes colocado em contraposição a uma concepção mais tradicional e acadêmica, fortemente referida a práticas de leitura com fins estéticos e à erudição. Em alguns casos, o termo analfabetismo funcional foi utilizado também para designar um meio termo entre o analfabetismo absoluto e o domínio pleno e versátil da leitura e da escrita, ou um nível de habilidades restrito às tarefas mais rudimentares referentes à “sobrevivência” nas sociedades industriais. Há ainda um conjunto de fenômenos relacionados que podem ser associados ao termo analfabetismo funcional, por exemplo, o analfabetismo por regressão, que caracterizaria grupos que, tendo alguma vez aprendido a ler e escrever, devido ao não uso dessas habilidades, retornam à condição de analfabetos.

A ampla disseminação do termo analfabetismo funcional em âmbito mundial deveu-se basicamente à ação da Unesco, que adotou o termo na definição de alfabetização que propôs, em 1978, visando padronizar as estatísticas educacionais e influenciar as políticas educativas dos países-membros. A definição de alfabetização que a Unesco propusera em 1958 fazia referência à capacidade de ler compreensivamente ou escrever um enunciado curto e simples relacionado à sua vida diária. Vinte anos depois,

a mesma Unesco proporia outra definição, qualificando a alfabetização de funcional, quando suficiente para que os indivíduos possam inserir-se adequadamente em seu meio, sendo capazes de desempenhar tarefas em que a leitura, a escrita e o cálculo são demandados para seu próprio desenvolvimento e para o desenvolvimento de sua comunidade. O qualitativo funcional insere a definição do alfabetismo na perspectiva do relativismo sociocultural. Tal definição já não visa limitar a competência ao seu nível mais simples (ler e escrever enunciados simples referidos à vida diária), mas abrigar graus e tipos diversos de habilidades, de acordo com as necessidades impostas pelos contextos econômicos, políticos ou socioculturais.

Em relação à alfabetização, segundo a conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na Tailândia em 1990, a alfabetização passa a ser um instrumento eficaz para a aprendizagem, para o acesso e para a elaboração da informação, para criação de novos conhecimentos e para a participação na própria cultura e na cultura mundial nascente.

De acordo com Soares (1999), a alfabetização é entendida como apropriação da dinâmica ou da “tecnologia” da leitura e da escrita. Essa apropriação envolve um conjunto de conhecimentos e procedimentos em relação ao sistema da língua. Por exemplo é preciso saber coisas, que desenhos são diferentes de letras, e a escrita é um sistema de representação; que a língua é som; que a língua é alfabética e ortográfica, isto é, estabelece-se na relação fonema/grafema e há uma convenção sobre a forma de grafar as palavras. No processo de alfabetização, o alfabetizando descobre o segredo de que é preciso juntar letras para formar sílabas, juntar as sílabas em palavras, juntar palavras em frases e as frases em textos.

Durante muito tempo, a alfabetização foi entendida como mera aquisição de um código fundado na relação entre fonemas e grafemas, ou seja, a codificação através da escrita e decodificação através da leitura, em seu sentido mais restrito, ser alfabetizado era aprender a ler e a escrever. A sociedade exigia pouco, uma vez que, a maioria das pessoas era analfabeta e as práticas de leitura e escrita eram reduzidas. A simples consciência fonológica que permitia aos sujeitos associar sons e letras para produzir/interpretar palavras (ou frases curtas) parecia ser suficiente para diferenciar o alfabetizado do analfabeto.

### **3 | LETRAMENTO**

Com as mudanças sociais, culturais, tecnológicas e econômicas, oriundas do final do século XX, em todo o mundo e particularmente nos países em avanço tecnológico, a necessidade de ir além da decodificação e da prática de desenhar letras começou a se fazer presente. Ou seja, o homem para conquistar melhores empregos, ter boas oportunidades de crescimento e sentir-se parte dessa sociedade letrada, deveria ter um maior entendimento do uso desse código, uma compreensão do texto

lido, uma preocupação com o uso social da leitura e da escrita. Com base nessa crescente necessidade, segundo Soares (2004), em meados de 1980, países como França, Portugal, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil observaram o surgimento do termo *Letramento*. Esse termo ganhou nomes diferentes, mas sua essência manteve-se inalterada. Na França denomina-se *Illetrisme*, em Portugal *Literacia*, na Inglaterra e nos Estados Unidos *Literacy* e no Brasil *Letramento*. No Brasil, o termo foi utilizado pela primeira vez em 1986, por Mary Kato segundo a qual, letramento é o processo ou efeito da aprendizagem da leitura e da escrita.

Etimologicamente, a palavra *literacy* tem sua origem no latim *littera* que significa letra, com a junção do sufixo *-cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser. No Webster's Dictionary, *literacy* quer dizer a condição de ser *literate*, palavra que ainda não tem uma correspondente em português, mas que designa educado, especialmente, capaz de ler e escrever, aquele que vive em estado ou na condição de saber ler e escrever. Segundo Magda Soares (2009 p. 17 e 18) *literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever. Implícita nesse conceito está a idéia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas, quer para o grupo social em que seja introduzida, quer para o indivíduo que aprenda a usá-la. Em outras palavras: do ponto de vista individual, o aprender a ler e escrever – *alfabetizar-se*, deixar de ser *analfabeto*, tornar-se *alfabetizado*, adquirir a “tecnologia” do ler e escrever e envolver-se nas práticas sociais de leitura e de escrita (...). Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

Ao se discutir letramento é notório seu vínculo ao conceito de alfabetização, o que tem levado a uma inadequada e inconveniente fusão dos dois processos. Essa fusão dos dois termos tem conduzido a um certo apagamento da alfabetização e uma exaltação do conceito de letramento, mesmo que as produções acadêmicas apontem para uma diferenciação entre os termos. O fato de se aproximar letramento e alfabetização tem causado concepções equivocadas, uma vez que os dois fenômenos não devem ser confundidos, e principalmente fundidos. Embora a relação entre alfabetização e letramento seja inegável, além de necessária, é preciso ficar clara a especificidade de cada um dos fenômenos.

Soares (2009) usa a palavra *alfabetizado* para designar aquele que apenas aprendeu a ler e a escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropria da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam. Alfabetização é a ação de ensinar/aprender a ler e a escrever. Já o letramento é estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita. Letramento é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais. Em outras palavras, letramento não é pura e simplesmente um conjunto de habilidades individuais; é o conjunto de práticas

sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social. O letramento é, sem dúvida alguma, pelo menos nas modernas sociedades industrializadas, um direito humano absoluto, independentemente das condições econômicas e sociais em que um dado grupo humano esteja inserido; dados sobre letramento representam, assim, o grau em que esse direito está distribuído entre a população e foi efetivamente alcançando por ela.

#### **4 | A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR**

A atenção à Educação de Jovens e Adultos ganhou notoriedade, do Governo Federal, após o fim da II Guerra Mundial (1939 – 1945). O Brasil vivia ainda o fim da ditadura do Estado Novo (1937 – 1945) do Governo de Getúlio Vargas. A constituição brasileira era outorgada (A polaca) de inspiração fascista. Segundo Paiva (2003), o “final da Guerra influi no sentido de se enfatizar a necessidade da educação das massas. Desde o início dos anos 1940, a discussão do problema da educação dos adultos já começava a se destacar na educação popular em geral. ”

Germano (2000), afirma que na verdade, em que pese a força das armas, o Estado Militar necessita de bases de legitimação, da adesão de uma parte dos intelectuais, das camadas médias e das massas populares. Daí os apelos constantes à democracia e à liberdade, quando estas eram duramente golpeadas por ele; daí a proclamação em favor da erradicação da miséria social quando, na prática, as suas políticas concorriam para manter ou mesmo aumentar de forma dramática os índices de pobreza relativa – mesmo num contexto de crescimento econômico, mediante a intensificação da exploração da força de trabalho, da concentração desmedida da renda e da manutenção de um numeroso exército industrial de reserva. Daí o discurso favorável à erradicação do analfabetismo, a valorização e expansão da educação escolar (reformas ousadas foram propostas com este objetivo), quando o setor era penalizado com forte repressão política, insuficiência e mesmo diminuição das verbas consignadas no orçamento da União, além da malversação dos recursos públicos destinados à área educacional.

No Brasil, uma grande parte da população pertence à classe subalterna, ou seja, jamais foram à escola, no entanto, em 1969, o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi criado pela ditadura militar, mas seu início efetivou-se em 1970. Esse programa tinha por finalidade erradicar o analfabetismo de jovens e adultos. Seu lançamento foi realizado com um enorme alarde, para atingir a grande massa com o propósito de buscar legitimação. Germano (2000) cita as palavras do ministro Jarbas Passarinho, a alunos do Mobral, incluídas num dos livros de “educação integrada”, sob a forma de carta: “O Presidente Médici designou o analfabetismo no Brasil como uma vergonha nacional. Nós começamos a combatê-la e a reduzir o número

de analfabetos. O governo ainda quer ir adiante. Ele quer que você faça o curso de educação integrada. É um curso cujo material agora chega às suas mãos através do Mobral. Eu acho que você dentro de um ano terá concluído com ele a primeira etapa de sua formação: o primário”.

Um grande número de cidadãos das camadas populares tiveram acesso à escola, mas essa educação oferecida foi de segunda categoria, de baixa qualidade. Tendo muita evasão e repetência. Pereira (2007, p. 15-16) aponta que um dos objetivos centrais do Mobral:

... era formar mão de obra para empresas, estabelecendo relações entre a alfabetização e as necessidades econômicas do país. Os projetos de alfabetização, nessa concepção, deveriam ter um caráter assistencialista e conservador.

O Mobral foi um movimento marcante no cenário educacional brasileiro. Dotado de boa quantidade de recursos, mas sem demonstrar preocupação com a qualidade do ensino da leitura e da escrita aos alfabetizandos, Galvão e Soares (2010, p. 46) afirmaram que “o Mobral surge com força e muitos recursos. Recruta alfabetizadores sem muita exigência: repete-se, assim, a despreocupação com o fazer e o saber docentes – qualquer um que saiba ler e escrever pode também ensinar. ”

Acreditar que “quem sabe ler ensina a ler” acarretou, em parte, no fracasso do Mobral. Sauner (2002) afirma que os alfabetizadores eram “pessoas que não eram capacitadas para o trabalho em educação, que recebiam um ‘cursinho’ de treinamento de como aplicar o material didático fornecido pelo Mobral.” (p. 59) Segundo essa autora (2002), o Mobral ensinava apenas a mecânica da leitura e da escrita, portanto, não alfabetizavam. O resultado foram alunos mal preparados. Dos egressos do Mobral, quando iniciavam a primeira série do ensino supletivo, alguns não estavam alfabetizados, outros apenas semialfabetizados, sabendo escrever o próprio nome e conhecendo as vogais e algumas letras.

## 5 | UM OLHAR ATUAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

O Brasil tem hoje cerca de 207.660.929 habitantes segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No último Censo demográfico (2016), realizado pelo mesmo instituto o Brasil, ainda, mostra números preocupantes em relação ao número de analfabetos. O Brasil tem cerca de **11,8 milhões de analfabetos**, o que corresponde a **7,2%** da população de 15 anos ou mais. Distribuindo pelas regiões, a região Nordeste apresenta 14,8% de pessoas não alfabetizadas, a partir de 15 anos de vida, depois a região Norte com 8,5%; a região Centro Oeste com 5,7%; a região Sudeste apresenta 3,8%; e o Sul com o menor índice com 3,6% de pessoas sem escolarização. O Distrito Federal, no último censo realizado pelo IBGE em 2017,

apresentava 3.039.444 habitantes, e há um número significativo de analfabetos, segundo o mesmo censo, o número é de 71.053 pessoas que correspondem a 3%, da população, acima dos 10 anos de idade.

A Educação de Jovens e Adultos está assegurada na Lei nº 9.394/1996 - em seu Art. 4º, que ressalta o dever do Estado com a educação pública que é efetivada “mediante a garantia do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria”. A Gerência de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Distrito Federal **GEJA-SEDF**, possui uma Proposta Pedagógica com os seguintes objetivos específicos: estabelecer as diretrizes pedagógicas para as instituições educacionais que oferecem Educação de Jovens e Adultos (EJA); viabilizar a oferta de ensino compatível com a demanda social; diagnosticar, analisar, acompanhar e orientar as ações do processo pedagógico nas instituições educacionais que oferecem Educação de Jovens e Adultos; incentivar a participação e a integração de toda a comunidade escolar no processo de construção e execução das propostas pedagógicas das instituições educacionais; viabilizar condições de acesso, permanência e sucesso aos estudantes com necessidades educacionais especiais egressos de classes especiais ou de Centro de Educação Especial em condições de pouca escolarização e, portanto, em situação de defasagem idade/série.

Os cursos de EJA no Distrito Federal estão estruturados em: 1º Segmento equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, é presencial e tem uma carga horária de 1600 horas; 2º Segmento equivalente aos anos finais do Ensino Fundamental, apresenta uma carga horária de 1600 horas todas presenciais e 3º Segmento equivalente ao Ensino Médio possui uma carga horária de 1200 horas também presencial.

A EJA tem os mesmos princípios da Educação Básica, tornando os conteúdos meios para o desenvolvimento dos processos cognitivos, privilegiando a capacidade de pensar e desenvolvendo a competência de processar as experiências de aprendizagem com autonomia intelectual e com destaque para o fato de que os jovens e adultos tenham: desejo de aprender; um ensino prático; o aprendizado centrado em problemas reais; uma melhor aprendizagem em ambiente informal; melhor aproveitamento por meio da variedade de métodos, recursos e procedimentos de ensino; oportunidade de descobrir e de construir por si mesmos. A seleção e a organização das atividades ou experiências de aprendizagem pressupõem alguns critérios que se relacionam diretamente com: o contexto do aluno; o nível de desenvolvimento do aluno; os objetivos pretendidos; as normas e os valores que serão cultivados; as competências, as habilidades e os procedimentos requisitos.

A maioria dos alunos da EJA são trabalhadores, empregadas domésticas, vendedores, jardineiros, pedreiros, faxineiros, carpinteiros, do lar, dentre outros. Alguns deles já possuem conhecimento sobre o mundo letrado, conhecimento adquirido em breves passagens pelas instituições educacionais ou durante a realização de atividades

cotidianas. Devido a esse fato, há uma flexibilidade quanto à presença e pontualidade dos alunos. O número de faltas e os atrasos dos mesmos não os impede de continuar participando das atividades estabelecidas pela coordenação pedagógica da escola, entendendo-se que muitos são trabalhadores. A Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF), na modalidade EJA, oferta a alfabetização no noturno e em várias escolas das regiões administrativas.

A Matriz Curricular da Educação de Jovens e Adultos da SEEDF, como meio de agilizar o processo de avanço do aluno em sua vida escolar, adota o regime semestral (supletivo) no período noturno. O 1º segmento é dividido em quatro semestres. Para um melhor entendimento, cada semestre corresponde à uma das quatro séries iniciais do antigo 1º Grau, hoje, Ensino Fundamental de 9 anos. Se o aluno desenvolver sua aprendizagem com sucesso em dois anos terá cumprido o 1º Segmento da EJA, sendo apto a cursar o 2º Segmento, que corresponde a quatro semestres, que são a 5ª; 6ª; 7ª e 8ª séries do mencionado 1º Grau.

A SEEDF iniciou em 2005 a implantação gradativa do ensino de 9 anos nas instituições educacionais vinculadas à Rede pública de Ensino, tendo como estratégia pedagógica o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), desenvolvido nos três primeiros anos, com crianças a partir de 6 anos de idade. A universalização dessa nova matriz curricular ocorreu em 2008, no 1º ano. Se analisarmos a estrutura organizada pela SEEDF para a EJA e para Ensino Fundamental de 9 anos podemos inferir que essa Secretaria afirma que 2 semestres de EJA correspondem a 3 anos do Ensino Fundamental atual. Isso implica um desfalque de 400 horas aula, no processo de aprendizagem e desenvolvimento da alfabetização e letramentos na EJA comparando com o número de horas aulas do EF séries iniciais-programa BIA.

No dia 20 de julho de 2012, a SEEDF lançou o Projeto Político-Pedagógico Professor Carlos Mota – “A revolução social deve buscar sua poesia no futuro”. O item 8.6 Educação de Jovens e Adultos: fortalecendo o Direito à Educação, traz a seguinte introdução:

A educação de jovens e adultos é uma modalidade da educação básica destinada aos jovens e adultos inseridos no mundo do trabalho, com empregabilidade ou não, que buscam iniciar ou continuar seu percurso escolar. Os casos de interrupção no processo de escolarização são motivados por fatores sociais, econômicos, gerados pela precariedade do contexto social, familiar, pelo fracasso escolar e pelo desrespeito à diversidade presente no contingente étnico, sexual, de gênero e de pessoas com deficiência e Altas Habilidades. (p. 83)

Nessa introdução fica subtendido, pela enumeração dos problemas da continuidade do percurso escolar, que o “fracasso escolar” na Educação de Jovens e Adultos é causado pelos alunos. Para Charlot (2000) “O fracasso escolar não existe; o que existe são alunos fracassados, situações de fracasso, histórias escolares que terminam mal. Esses alunos, essas situações, essas histórias devem ser analisadas.” Mais adiante explica que o fracasso escolar “é uma diferença entre alunos, entre

currículos, entre estabelecimentos. ”

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Lins (2013), tanto a retenção quanto a evasão são elementos que justificam a falta de ação do Governo Federal com a alfabetização de jovens e adultos. Segundo especialistas da área da economia e da filosofia como Theodore Schultz, John Sheeham, Martin Carnoy, Demerval Saviani, não faz sentido investir em situações onde não haverá avanços.

Gadotti (2008) afirma que o “analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego. ” (p.11). Os programas de alfabetização precisam vir agregados a outras políticas sociais. Observe-se ainda que a qualidade na Educação de Jovens e Adultos não resolverá os problemas sociais do país. É preciso criar meios que possam garantir uma alfabetização de qualidade aos cidadãos na idade apropriada, que é na infância. Assim sendo esses não farão parte de estatísticas desanimadoras no futuro.

As lições proporcionadas por essa experiência são fáceis de extrair e difíceis de realizar, pois indicam a necessidade de atuar simultaneamente em quatro direções: (1) articular a alfabetização de jovens e adultos a outras políticas sociais (de saúde, assistência, trabalho e renda) que favoreçam a mobilização e permanência dos educandos no processo; (2) aperfeiçoar a gestão, agilizando processos e controles; (3) criar condições de ensino e aprendizagem apropriadas, incluindo assistência aos estudantes (merenda, óculos, transporte) e desenvolvimento profissional dos educadores; (4) continuar o processo de alfabetização, assegurando oportunidades para as habilidades de leitura escrita e cálculo. (UNESCO, 2008, p.77)

Paulo Freire foi de fundamental importância no contexto da alfabetização de jovens e adultos sem escolarização. O método Paulo Freire, como informa Veiga (2007), “esteve registrado pela primeira vez no artigo ‘Conscientização e alfabetização’, publicado na *Revista de Cultura da Universidade do Recife*, em junho de 1963. ” (p. 308). Galvão e Soares (2010) lembram que Paulo Freire propunha que “a própria realidade do educando estivesse no centro do processo de alfabetização. A partir do conhecimento dessa realidade, o educador selecionaria algumas palavras. ” (p.45)

Segundo Lins (2013), a Educação é um direito que está assegurado na nossa Constituição, mas esse direito deveria ser respeitado não apenas abrindo as escolas no período da noite, mas envolvendo o meio social e a comunidade no sentido de facilitar o acesso e garantir a educação permanente. Os recursos financeiros para essa modalidade devem ser bem empregados. Os materiais e as didáticas dos alfabetizadores precisam ter bases concretas e que estimulem o aluno a frequentar as aulas e ter a noção de ser um eterno aprendiz.

Para Lins (2013) se o Governo Federal se omite com a questão do analfabetismo, o que a esfera estadual ou municipal farão em prol dos analfabetos? Como exercer uma educação contínua e progressiva se qualquer atitude em prol da alfabetização tem caráter provisório? Qual a motivação dos alfabetizadores diante do resultado escolar de seus alfabetizandos? Como se sentir acolhido em uma escola que historicamente nega a oportunidade de fazer parte dela?

De acordo com Freire, a participação dos alunos e dos professores em atividades criativas e discussões sobre as vivências das pessoas no processo de interação com palavras geradoras eram elementos fundamentais para o aprimoramento da aprendizagem de leitura e de escrita e para o desenvolvimento dos movimentos populares que abraçaram a causa da alfabetização de pessoas. Para aquele educador era a inserção plena dos alfabetizandos na cultura letrada, já como descrevem Galvão e Soares (2010) “analfabetismo é visto não como causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não igualitária. Por isso, a alfabetização de adultos deveria contribuir para a transformação da realidade social” (p. 44).

O direito à Educação para Jovens e Adultos, aos que não tiveram acesso a escolas, está presente na recente Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009, em que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de “sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (p. 246).

As políticas públicas devem sim buscar uma forma adequada e significativa que possibilite ao jovem e ao adulto serem alfabetizados, letrados tornando-se assim sujeitos autônomos. Porém, a única forma de acabar com esses desajustes é fazer com que toda criança seja realmente alfabetizada e letrada na idade adequada. É preciso garantir, viabilizar, concretizar o direito a ler, escrever, inferir, analisar e criticar as crianças brasileiras, para que no futuro jovens e adultos não precisem voltar à escola por não terem tido acesso a mesma na idade correta.

## REFERÊNCIAS

DISTRITO FEDERAL (BRASIL). **Secretaria de Estado de Educação. Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**, 5ª. Ed. Brasília, 2009. Diretrizes Pedagógicas do Distrito Federal 2009-2013, Ritla. 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 10.ed.  
GALVÃO, A. M. O.; SOARES, L. J. G. **História da alfabetização de adultos no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ALBUQUERQUE, E. B. C. ;LEAL, T. F. (Org.) **Alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva do letramento**, 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2000.  
Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística-Ibge. Dados do Censo 2010: Disponível em: <<http://www.censo 010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=P6&uf=00>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

SEEDF <<http://www.se.df.gov.br/>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

KLEIMAN, A. B. (org.) **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado das letras, 1995.

LINS, A. F. C. **A retenção de alunos da educação de jovens e adultos em uma escola pública do distrito federal**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2013.

PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil, Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyla, 6 ed, 2003.

PEREIRA, M. L. C. **A construção do letramento na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2 ed., 2007.

RIBEIRO, V. M. **Alfabetismo Funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa**. Educação & Sociedade, XVIII, nº 60, dezembro 1997.

SAUNER, N. F. M. **Alfabetização de adultos: a interpretação de textos acompanhados de imagem**. Curitiba: Juruá, 2002.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

\_\_\_\_\_. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2003

\_\_\_\_\_. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 25, Jan./Apr. 2004.

UNESCO, **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: Lições da prática**. Brasília: s.e., 2008.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

### **Gabriella Rossetti Ferreira**

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-310-1



9 788572 473101